

O POLÍTICO E O ESTÉTICO EM SCHILLER²¹

Emanuel Cícero Cavalcanti Vieira da Silva²²

Resumo: Este presente trabalho tem a proposta de analisar brevemente, na obra *A Educação Estética do Homem*, as cartas introdutórias nas quais Schiller nos apresenta os principais elementos motivadores das investigações sobre política e estética. Ao depara-se com as “monstruosidades da Revolução Francesa, os problemas filosóficos, políticos, morais e com a aparente incapacidade do ser humano para o agir bem, para a construção de uma verdadeira civilização, Schiller, por meio de uma análise transcendental da subjetividade, nos apresentará que o problema político e moral só pode ser resolvido quando o homem for verdadeiramente livre. Essa liberdade só poderá ser alcançada por meio da educação estética do homem. A partir da experiência estética (do belo) é possível ao homem alcançar um estado de indeterminabilidade e, desse modo, se reconciliar com sua humanidade, isso ocorre porque a experiência estética causa o equilíbrio dos estados formal e sensível. Esses estados, quando não equilibrados, possuem a força de nos determinar arbitrariamente para uma condição de selvagem ou de bárbaro, e, dessa forma, inviabilizando as possibilidades de tornar ato a nossa própria humanidade, de sermos livres. Schiller nos mostra que apenas um homem esteticamente educado será capaz de fazer política; de ser moral verdadeiramente; de ser feliz.

Palavras-chave: Schiller; estética; liberdade; política.

Abstract: This present work proposes to briefly analyze, in the work *On the Aesthetic Education of Man*, the introductory letters in which Schiller presents us the main motivating elements of investigations on politics and aesthetics. When faced with the “monstrosities of the French Revolution, the philosophical, political, moral problems and the apparent inability of human beings to act well, to build a true civilization, Schiller, through a transcendental analysis of subjectivity, will show us that the political and moral problem can only be resolved when man is truly free. This freedom can only be achieved through man's aesthetic education. From the aesthetic experience (of the beautiful) it is possible for man to reach a state of indeterminability and, in this way, to reconcile with his humanity, this is because the aesthetic

²¹ Este trabalho é resultado das discussões realizadas na disciplina de Filosofia da História e Modernidade, ministrada pelo professor Dr. Vladimir de Oliva Mota.

²² Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: emanuelcanti@gmail.com

experience causes the balance of formal and sensitive states. These states, when not balanced, have the power to arbitrarily determine us to a condition of savage or barbarian, and, in this way, making impossible the possibilities of making our own humanity act, of being free. Schiller shows us that only an aesthetically educated man will be able to do politics; to be truly moral; to be happy.

Keywords: Schiller; aesthetics; freedom; politic.

A Estética

Schiller pretende expor ao príncipe de Augustenburg, por meio de uma série de cartas, os resultados de sua pesquisa, a qual ele nomeou de “investigações sobre o belo e a arte” (SCHILLER, 1989, p. 21). Ele ressalta as dificuldades de tal empreendimento e o fato de que o seu objeto de estudo, o belo e arte, está em contato direto com a maior parte de nossa felicidade e não muito distante da nobreza moral da natureza humana. Nesse ponto, Schiller já deixa claro que a questão da felicidade estará vinculada às questões que serão desenvolvidas ao longo de sua investigação, mas que, de algum modo, a felicidade e nossa natureza moral estarão vinculados.

Logo após, Schiller, ao declarar que seu dever foi transformado em um favor, expõe algo que só compreenderemos melhor adiante: Schiller afirma que o seu dever, na verdade, é mais que um mero dever, ele realiza tal dever por inclinação, por algo mais forte que o dever, não desmerecendo o valor do dever, demonstrando, contudo, que sua inclinação antecede o próprio dever e que o agir de tal modo é antes de tudo um agir prazeroso, uma inclinação que lhe impele pelo gosto de agir de tal modo, o prazer no dever. Nessa primeira carta introdutória, Schiller já deixa exposto que o caminho que suas análises irão percorrer estão sobre o âmbito da questão da sensibilidade e da razão, que suas análises abordam esses elementos e será, por essas análises, que chegará a suas conclusões.

Para Schiller, a beleza precede a liberdade e ele buscará justificar isso em sua obra por meio de princípios. Schiller propõe-se demonstrar “que para resolver na experiência o problema político é necessário caminhar através do estético, pois é pela beleza que se vai à liberdade” (SCHILLER, 1989, p. 24). Mas para realizar tal empreendimento, Schiller nos alerta para o fato

de que será necessário tratar dos princípios pelos quais a razão utiliza para estruturar o pensamento sobre o político²³.

O projeto de Schiller é o de “ocupar-se da maior de todas as obras de arte, a construção de uma verdadeira liberdade política” (SCHILLER, 1989, p. 23). O caminho é a arte, mas não qualquer expressão artística, o poeta faz referência a uma arte idealizante, um ideal que é elevado ao ponto de ser inalcançável, o ideal que orienta e direciona a trajetória da humanidade. Contudo, Schiller chama a atenção para o fato de que ele, enquanto pensador, não pode se furtar ao espírito de seu tempo e tão pouco deseja isso. Para o filósofo, o espírito do momento histórico em que está inserido o instiga a pensar sobre o que considera como a principal questão, a organização e a ação humana em comunidade, ou seja, a política.

No início da segunda carta, Schiller antecipa o ponto central de sua reflexão ao expor seu principal argumento e no qual todo o decorrer de suas cartas irão preparar o desenvolvimento e a fundamentação de sua tese. Para o filósofo,

A natureza não trata melhor o homem que suas demais obras: age em seu lugar onde ele ainda não pode agir por si mesmo como inteligência livre. O que o faz homem, porém é justamente não se bastar com o que dele a natureza fez (SCHILLER, 1989, p. 25).

A grande questão é que para ser feliz e político (essa é a grande justificativa do seu empreendimento) antes é necessário ser livre, mas só é possível ao homem ser livre se equilibrar as forças dos impulsos (sensibilidade/razão) que o movem. E esse equilíbrio, essa harmonização, só pode ser realizada por meio de uma educação estética no homem, capaz de produzir, por meio do impulso estético, o impulso lúdico e, conseqüentemente, a sua liberdade. Desse modo, Schiller afirma que, a educação estética do homem é a condição de possibilidade para a liberdade da humanidade. Só assim, o homem libertado da escravidão dos impulsos pode ultrapassar as barreiras que o impedem de construir uma sociedade ética, ou seja, de um viver ético; de ser político.

Dito isso, poderíamos nos questionar, por que, em um contexto histórico tão conturbado e marcado pelo advento da revolução francesa e toda turbulência que esse acontecimento causou, Schiller se propôs a pensar a questão estética e não a questão política ou moral? Schiller não se furta ao problema político, o que ele realiza é uma mudança no modo de pensar essas questões, uma mudança no foco do problema. Schiller identifica que há uma questão fundamental que foi deixada de lado, essa questão é a condição de possibilidade para uma real

²³ Compreende-se por político tudo o que se refere ao campo da organização humana em sociedade.

solução dos problemas políticos e morais. O poeta nos aponta uma propedêutica para que não continuemos escravos, nos libertando e nos tornando capazes da política. Essa propedêutica é capaz de possibilitar que nos tornemos seres humanos em plenitude, de tornarmos ato todas as nossas potencialidades.

Portanto, para Schiller, se é necessário discutir moral e política, é necessário, também, discutir estética, pois o elemento do gosto²⁴ está a conduzir nossas ações. Para Schiller, há um gosto na escolha do agir. Desse modo, estética e política não se separam, a política é resultado da estética, da experiência estética. Schiller estabelece um ponto de grande relevância para sua reflexão e, sem dúvida, de grande originalidade: as questões morais e políticas dependem da experiência estética, pois há um gosto na escolha do agir. O belo determina nossa moral e, conseqüentemente, a nossa ação, nossa política.

Mas, apesar de o espírito do seu tempo estar voltado para as questões políticas e morais, essa “voz” não está dirigida para a arte, arte no sentido colocado pelo Schiller, a arte do ideal, filha da liberdade que, segundo Schiller, “quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela privação da matéria” (SCHILLER, 1989, p. 23), a arte como a única experiência capaz de romper com as estruturas históricas que determinam o homem.

Schiller, desiludido com os acontecimentos ocorridos na Revolução Francesa, vê no movimento dos pensadores e homens de seu tempo que buscavam na política a solução dos problemas da humanidade um equívoco, porque, segundo Schiller, “para resolver na experiência o problema político é necessário caminhar através do estético, pois é pela beleza que se vai à liberdade” (SCHILLER, 1989, p. 24).

Nesse sentido, como afirmado no início da sua primeira carta, Schiller, demonstrando ser um homem de seu tempo, não se furtará a tratar das questões levantadas pela voz de seu tempo, mas o caminho escolhido pelo poeta para resolução dessas questões é o que evidencia sua originalidade. Schiller identifica que existem objetos que nos afetam as faculdades (da razão e da sensibilidade) do nosso espírito de maneira harmoniosa, ele chama esse efeito de belo. O padrão não importa. O objeto não importa, mas o efeito que ele provoca.

A política

²⁴ Gosto é um sentido interno, um sentido sem órgão, que se utiliza dos outros órgãos.

A educação estética do homem é um tratado sobre as condições de possibilidade da política, de fato ele busca resolver os problemas de seu tempo e, para Schiller, os problemas do seu tempo são políticos, mas os problemas que os homens encontram em fazer política só podem ser resolvidos via estética. E é esse movimento que Schiller irá realizar.

Schiller não esconde a forte influência que a obra kantiana exerce sobre seu trabalho, o que pode ajudar o leitor a compreender que Schiller estrutura suas análises nos fundamentos estabelecidos na obra kantiana. Essa afirmação de Schiller nos elucida em que contexto ideológico ele está inserido, mas não podemos nos enganar com isso, o trabalho que será desenvolvido por Schiller revela uma arquitetura de grande originalidade. Schiller chega a afirmar que dará continuidade ao que Kant iniciou, mas não concluiu. Tal afirmação de Schiller revela sua coragem e o ideal de grande parte dos pensadores iluministas que desejam superar, ultrapassar e emancipar-se de seus tutores.

Portanto, antes de avançarmos no pensamento de Schiller, é importante, para um melhor entendimento do âmbito da discussão que Schiller irá explorar, a compreensão de que o seu trabalho está em grande medida influenciado pelas teorias kantianas, seja por meio de aproximações, concordâncias ou distanciamentos. Por isso, seria interessante para o leitor trazer aqui, em linhas gerais, um esboço de parte da teoria kantiana, mais especificamente, sobre o conceito de razão prática kantiana, para que seja possível uma melhor introdução ao *corpus* de análise de Schiller.

Kant, na sua *crítica da razão pura*, questiona-se sobre as possibilidades da cientificidade da metafísica e chega à conclusão que a metafísica não é possível enquanto ciência, porém, de algum modo, é possível a metafísica demonstrar as condições de possibilidade das proposições cognitivas, ou seja, as proposições que possibilitam o desenvolvimento do conhecimento teórico científico. Mas, após esse trabalho, Kant passa a questionar-se sobre as possibilidades do que é moral ser objetivo, se as regras morais podem ser validadas objetivamente e não apenas subjetivamente. Ou seja, como eu posso saber se a regra que me conduz para um agir pode ser moralmente má ou moralmente boa do ponto de vista objetivo.

Kant, ao analisar a tradição do pensamento moral, conclui que enquanto as linhas de pensamento relativista abandonam a objetividade, reduzindo tudo à contingência, as linhas de pensamento moral racionalistas impõe arbitrariamente princípios que não são, necessariamente, próprios da razão. Kant busca um modo de validação das condições de possibilidade objetiva das regras morais por meio de um princípio da razão capaz de validar a minha própria regra (subjetiva) como objetiva. Kant chama esse princípio de lei moral. A Lei Moral se dá do seguinte modo: age de tal forma que a máxima de tua vontade possa ser elevada a lei universal.

Ou seja, devemos agir sob uma regra, segundo a qual, possa ser tomada como se fosse uma regra universal. O que vale para mim, vale para os outros seres racionais. Portanto, enquanto seres racionais, somos capazes de agir de acordo com essa Lei Moral.

No entanto, Kant reconhece que os seres humanos não agem apenas pela razão, nós também somos influenciados pela sensibilidade (paixões, emoções, sensações, sentimentos). Kant demonstra de que modo o ser humano está dividido entre a razão e a sensibilidade. Dessa maneira, tanto a paixão quanto a razão determinam a ação humana. É por esse motivo que a Lei Moral, para o ser racional, deve se transformar em Imperativo Categórico, isto é, o ser racional deve tomar para si mesmo aquela Lei Moral como um imperativo, caso queira agir racionalmente em função dessa Lei Universal.

Retomando as análises do texto schilleriano, iremos perceber com mais clareza a direção que essas análises de Schiller irão percorrer. O filósofo irá discorrer sobre como a razão se estrutura quando montamos uma organização política. O ser humano, por ser único, racional, “pode transformar a obra da privação em obra da sua livre escolha e de elevar a necessidade física à lei moral” (SCHILLER, 1989, p. 25). Essa é a tarefa da Razão Prática, essa faculdade de agir independentemente de determinações sensíveis, aquilo que nos torna seres humanos. Para Schiller, o ser humano em um primeiro momento de sua existência no mundo é um ser guiado pela natureza que antecipa nele o necessário à existência, mas quando “desperta de seu torpor sensível, reconhece-se homem, olha à sua volta e encontra-se no Estado” (SCHILLER, 1989, p. 25), ou seja, em uma sociedade organizada, aos moldes das sociedades europeias e com tudo aquilo que a compõe: valores, regras, costumes etc.

Cabe ressaltar que, até o momento, para Schiller, não parece haver uma gradação nesse processo entre um homem que é guiado estritamente pela natureza e o homem que desperta dessa condição de “ignorância” para uma dimensão racional de sua existência. Isso pode nos levar a considerar que a vida em sociedade para Schiller não é, necessariamente, derivada de nossa racionalidade, da nossa capacidade de utilizar a razão em conjunto, em coletividade para benefício mútuo, mas que já seria algo escrito em nossa natureza. Somos animais políticos por natureza.

Contudo, na organização do homem em sociedade, o homem político seria resultado da razão ou da natureza humana? Como a razão humana trabalha para que nós nos organizemos socialmente, qual o seu papel no que diz respeito à dimensão política? Schiller irá esclarecer essa questão ao tratar dos dois princípios que atuam em nossa razão no que diz respeito à questão da organização humana em sociedade. Em um estado em que o homem não realiza nada mais do que buscar satisfazer suas necessidades mais imediatas (alimentação, proteção da vida,

abrigo, reprodução) sua razão atua motivada por determinações sensíveis, motivada por forças e não por leis, ou seja, a organização social é regida pelas necessidades da natureza. Trata-se do uso da razão para atender as determinações sensíveis na organização social. O homem que é formado de tal condição é o homem físico (regido pelas determinações sensíveis), aquele que as leis que estabelece para si possuem o intuito de lidar apenas com as forças da natureza, ou seja, esse ser humano somos nós. Segundo Schiller,

A coerção das privações para ali o lançou, antes que em sua liberdade pudesse escolher esse estado; a necessidade erigiu este último segundo leis da natureza, antes que ele pudesse erigi-lo segundo leis da razão (SCHILLER, 1989, p. 25).

Portanto, para Schiller, as organizações políticas têm como modelo o princípio do Estado natural, em que as forças sensíveis determinam a organização político-social e no qual, nele, o homem físico elabora leis somente para lidar com esses interesses.

Em oposição a este Estado natural, nós temos um outro, pois, “todavia, enquanto pessoa moral, ele não podia nem pode – e ai dele se pudesse! – satisfazer-se com esse Estado²⁵ da necessitação, nascido apenas de sua determinação natural e somente para ela voltado” (SCHILLER, 1989, p. 25). O outro princípio é aquele que induz a razão sem que haja determinação sensível, isto é, a pura razão. Uma organização erigida pela pura razão, ou seja, o Estado Ético. Desse modo, o homem abandona a “cega necessidade” e “por claro saber e livre decisão, troca o estado de independência pelo de contratos” (SCHILLER, 1989, p. 25). Do Estado ético, temos o homem problemático, que é apenas fruto do pensamento, é o homem possível e não necessariamente real.

À grosso modo, temos um Estado real (natural) e um Estado ideal (das coisas como deveriam ser, mas possíveis vir a ser ato. É o reconhecimento desse Estado enquanto potência de ser). Nesse momento, por meio do esboço realizado por Schiller, podemos evidenciar o problema do pensar e fazer política. Segundo o filósofo, “empresta-se neste estado ideal um fim último que não conheceu em seu estado de natureza real, e uma escolha da qual outrora não seria capaz, procedendo então como se começasse pelo início” (SCHILLER, 1989, p. 25). Esse movimento de retorno é possibilitado pela liberdade que o estado racional proporciona e, portanto, nos revela que o Estado ético se torna o fim último do ser humano.

²⁵ Elemento que aponta a necessidade do homem em buscar a liberdade, pois sua racionalidade, ou seja, por ser um ser moral, não poderia (e, segundo o próprio Schiller, “ai dele se pudesse!”) satisfazer-se com um Estado que é resultado de forças da natureza. Esse trecho demonstra como o homem caminha, impelido por sua razão, à liberdade. O homem deseja e busca o Estado ético, o Estado de liberdade.

A partir da carta XI, o autor irá fazer uma análise transcendental da subjetividade em que ele irá buscar na subjetividade humana os fundamentos da política. E é por isso que ele irá encontrar na subjetividade o Belo e a Estética como elementos necessários para a construção do Estado ético. Mas ainda resta a dúvida, nós caminhamos inevitavelmente para o Estado ético? Parece que a questão da Revolução Francesa, que se mostrou um fracasso pela barbárie e em termos de humanidade, deixa a dúvida se a passagem para o Estado ético é inevitável.

O problema que Schiller identifica e se propõe a resolver é demonstrar como e se é possível que seja realizada a passagem do Estado natural para o Estado ético. Ou seja, para Schiller, essa passagem não é necessária, ela é possível de ser realizada mediante princípios que ele irá demonstrar e desenvolver ao decorrer de suas cartas. Contudo, o que ainda continua estabelecido é o fim último para o qual a humanidade está destinada, caso queira ser verdadeiramente a humanidade, ou seja, a humanidade só poderá se concretizar plenamente no Estado ético e apenas nele. O que não é necessário é determinar se e quando isso irá ocorrer, mas o ser humano tende ao Estado ético, o que ele não conhece ainda são os modos de alcançá-lo efetivamente. A proposta de Schiller é demonstrar de que modo o ser humano pode e deve realizar essa passagem.

Por mais engenhoso e sólido que seja o cego arbítrio na fundação de sua obra, por mais arrogante que seja afirmá-la e ainda que a cerque de aparência venerável – o homem pode, nesta operação, considerar tudo como não acontecido, pois a obra de forças cegas não possui autoridade ante a qual a liberdade precise curvar-se, e tudo deve ser submetido ao supremo fim último, que a razão põe em sua personalidade. Desse modo surge e justifica-se a tentativa de um povo emancipado já, de transformar em Estado ético o seu Estado natural (SCHILLER, 1989, p. 25).

Se a razão, para Schiller, necessariamente suprime o estado natural para substituí-lo pelo seu próprio, o Estado ético, confrontando o homem físico (real) com o problemático (ético), a grande dificuldade de realizar esse empreendimento se deve ao fato de que a sociedade real é viva, “não pode cessar um instante sequer no tempo” (SCHILLER, 1989, p. 26). Ela não cessa para dar início à sociedade ética, esse processo ocorre simultaneamente, mas, para que isso seja possível, é necessário encontrar um recurso que não seja influenciado pelo estado natural e que, desse modo, possibilite a construção do estado ético. Portanto, o Estado natural convive com o Estado ético, não há como extinguir o Estado Natural. Para Schiller,

Seria preciso separar, portanto, do caráter físico o arbítrio, e do moral a liberdade – seria preciso que o primeiro concordasse com leis e que o segundo dependesse de impressões; seria preciso que aquele se afastasse um pouco da matéria e este dela se aproximasse um tanto –, para engendrar um terceiro caráter, aparentado com outros dois, que estabelecesse a passagem do domínio das simples forças para o das leis, e

que, longe de impedir a evolução do caráter moral, desse à eticidade invisível o penhor dos sentidos (SCHILLER 1989, p. 27).

No processo de passagem do Estado natural para o ético pode ocorrer que ele incorra na barbárie, para que isso não ocorra, a ação moral deve ser, no ser humano, mais que uma escolha da razão e, sim, tal qual a força do desejo que vem da sensibilidade, a ação moral deve ser natural em nós, deve compor a nossa natureza.

O que Schiller deixa implícito é que o estado de civilização que ele acreditava que o povo europeu havia alcançado não passava de uma mentira, pois estavam vivendo sob uma barbárie, e, a partir disso, para que o ser humano alcance o ideal da verdadeira civilização deve reeducar-se, e, só então, poderá prosseguir a realização de sua verdadeira “vocaçãõ”.

O filósofo demonstrará que esse empreendimento é possível por meio de uma análise transcendental da subjetividade humana, ou seja, a partir da análise das condições de possibilidade de uma subjetividade humana conter uma estrutura a priori que, ao ser acionada por meio da experiência estética, possa harmonizar os estados da razão e sensibilidade que atuam de modo desarmônico e arbitrário. Para Schiller, a experiência do belo pode causar em nós um efeito, que o poeta classifica como experiência estética. Esse efeito pode nos levar a um estado de indeterminabilidade e, por sua vez, esse estado é o que possibilita a liberdade para que possamos atuar, agir no mundo livres das determinações adquiridas de quando estávamos sob o arbítrio da sensibilidade ou da razão de modo desarmônico. Dessa maneira, a experiência do belo nos leva a um terceiro estado, o estado estético. O estado estético, por si só, não é a solução do problema do homem, mas é o único caminho que possibilita sua resolução.

O ser humano, não mais cindido entre sensibilidade e razão, em que esses estados agem harmonicamente, é capaz de agir eticamente, de modo livre. Ou seja, será feliz em seu agir, pois a sua ação e a própria expressão de sua vontade, de sua humanidade, sua ação reflete a sua plena realização enquanto ser humano e, portanto, o seu agir o torna feliz, feliz porque age verdadeiramente livre. Esse homem, esteticamente educado, será o fundador de um Estado ético. Apenas ele poderá construir uma sociedade verdadeiramente civilizada; apenas esse homem pode ser verdadeiramente político.

Esse processo também pode ser entendido como um movimento de desbarbarização do homem, isso sem que se anule a dimensão sensível de nossa estrutura subjetiva, mas nunca contra o interesse da razão pela liberdade, pois, para Schiller, a natureza do homem é mista e não necessariamente antagônica. Poderíamos entender que Schiller, com isso, propõe uma reconciliação do homem consigo mesmo, a reconciliação entre o racional e o sensível. A experiência estética, capaz de gerar no homem a harmonização dos estados formal e sensível,

pode ser realizada por meio da obra de arte, essa, por sua vez, possui em sua constituição os elementos formais e materiais, o que torna possível manifestar unidade da diversidade e não apenas a uma “individuação mutilada”, mas possibilitando a criação de um estado capaz de manifestar o universal sem que seja suprimida as individualidades.

Contudo, essa característica não é um traço presente apenas na arte, mas, na arte, o estético (o belo) pode manifestar-se, por meio dela, de forma mais ampla. Schiller, ao apresentar o conceito racional puro da beleza a partir da natureza universal do homem, pretende sustentar a tese de que o belo é uma parte constituinte e necessária da natureza humana e que ela estaria, portanto, submetida a uma legislação tão universal quanto ao que se refere ao moralmente justo e ao teoricamente verdadeiro. Diante dos problemas políticos de seu tempo, Schiller nos propõe uma espécie de antropologia transcendental.

O filósofo irá iniciar uma espécie de analítica que terá seu início entre as cartas X e a carta XVI, nas quais irá percorrer o terreno do que chama de “via da abstração”. Será a partir desse ponto que o filósofo irá introduzir alguns conceitos de grande importância para o desenvolvimento de sua tese. Nesse momento, para o poeta, o homem é compreendido como a unidade da não identidade. Essa unidade pode ser melhor evidenciada a partir da afirmação de que “nós somos porque somos. Nós sentimos, pensamos ou queremos porque além de nós existe o diverso” (SCHILLER, 1989, p. 55). Portanto, somos o que somos simplesmente porque somos como somos. Admitindo-se que pensamos, queremos e sentimos porque somos, faremos das pessoas o próprio fundamento dos estados e ao admitirmos que existimos porque pensamos, queremos e sentimos, fazemos dos estados o fundamento das pessoas. Para Schiller, “A pessoa, pois, tem de ser seu próprio fundamento, já que o permanente não pode provir da modificação; teríamos assim, inicialmente, a ideia do ser absoluto fundado em si, isto é, a liberdade” (SCHILLER, 1989, p. 55).

Schiller, compreende que a natureza humana é mista, uma natureza movida por impulsos, compelida a uma dupla tarefa: “dar realidade ao necessário em nós e submeter a realidade fora de nós a lei da necessidade” (SCHILLER, 1989, p. 55). Essas duas forças, segundo Schiller, são opostas. Esses estados, quando não equilibrados, possuem a força de nos determinar arbitrariamente para uma condição de selvagem ou de bárbaro, e, desse modo, inviabilizando as possibilidades de tornar ato a nossa própria humanidade, de sermos livres. Schiller nos mostra que apenas um homem esteticamente educado será capaz de fazer política; de ser moral verdadeiramente; de ser feliz.

Referências bibliográficas

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução: Monique Hulshof. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2016a.

KANT, I. *Crítica da faculdade de julgar*. Tradução de Fernando Costa Mattos. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2016b.

SCHILLER, F. *A educação estética do homem: numa série de cartas*. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1989.